


CAPITAL

e ideologia



THOMAS PIKETTY

TRADUÇÃO DE DOROTHÉE DE BRUCHARD E MARIA DE FÁTIMA OLIVA DO COUTTO

REVISÃO TÉCNICA DE LAURA CARVALHO



Copyright © Éditions du Seuil, 2019

TÍTULO ORIGINAL
Capital et idéologie

PREPARAÇÃO
Gabriel Demasi
Ilana Goldfeld

REVISÃO
Ana Beatriz Scilhe
Carolina Leocadio
Juliana Pitanga

DIAGRAMAÇÃO DE MIOLO
Inês Coimbra

ADAPTAÇÃO DE CAPA
Júlio Moreira

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ
P685c

Piketty, Thomas, 1971-
Capital e ideologia / Thomas Piketty; tradução Maria de Fátima Oliva do
Coutto, Dorothee de Bruchard. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.
1056 p. ; 23 cm.

Tradução de: Capital et Idéologie
ISBN 978-85-510-0615-3

1. Capitalismo - História. 2. Desigualdade social - História.
3. Liberalismo econômico - História. I. Coutto, Maria de Fátima Oliva do.
II. Bruchard, Dorothee de. III. Título.

20-63237 CDD: 330.12209
CDU: 330.342.114 (091)

Mari Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CRB-7/6439

[2020]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA INTRÍNSECA LTDA.
Rua Marquês de São Vicente, 99/3º andar
22451-041 — Gávea
Rio de Janeiro — RJ
Tel./Fax: (21) 3206-7400
www.intrinseca.com.br

Sumário

Aviso ao leitor e agradecimentos · 7

Introdução · 11

Primeira Parte: Os regimes desigualitários na história · 59

Capítulo 1: As sociedades ternárias: a desigualdade trifuncional · 61

Capítulo 2: As sociedades de ordens europeias: poder e propriedade · 75

Capítulo 3: A invenção das sociedades de proprietários · 103

Capítulo 4: As sociedades de proprietários: o caso da França · 127

Capítulo 5: As sociedades de proprietários: trajetórias europeias · 153

Segunda Parte: As sociedades escravocratas e coloniais · 193

Capítulo 6: As sociedades escravocratas: a desigualdade extrema · 195

Capítulo 7: As sociedades coloniais: diversidade e dominação · 235

Capítulo 8: Sociedades ternárias e colonialismo: o caso da Índia · 279

Capítulo 9: Sociedades ternárias e colonialismo: trajetórias euro-asiáticas · 330

Terceira Parte: A grande transformação do século XX · 371

Capítulo 10: A crise das sociedades de proprietários · 373

Capítulo 11: As sociedades social-democratas: a igualdade inalcançada · 430

Capítulo 12: As sociedades comunistas e pós-comunistas · 507

Capítulo 13: O hipercapitalismo: entre a modernidade e o arcaísmo · 566

Quarta Parte: Repensar as dimensões do conflito político · 623

Capítulo 14: A fronteira e a propriedade: a construção da igualdade · 625

Capítulo 15: Esquerda brâmane: as novas divisões euro-americanas · 693

Capítulo 16: Social-nativismo: a armadilha identitária pós-colonial · 737

Capítulo 17: Elementos para um socialismo participativo no século XXI · 819

Conclusão · 871

Notas · 877

Sumário detalhado · 1.035

Gráficos e tabelas · 1.047

Introdução

Toda sociedade humana precisa justificar suas desigualdades: tem de encontrar motivos para a sua existência ou o edifício político e social como um todo corre o risco de desabar. Desse modo, toda época produz um conjunto de discursos e ideologias contraditórios que visam legitimar a desigualdade tal como ela existe ou deveria existir e descrever as regras econômicas, sociais e políticas que permitem estruturar o todo. Desse confronto, a um só tempo intelectual, institucional e político, costumam emergir uma ou várias narrativas dominantes nas quais os regimes desigualitários vigentes se apoiam.

Nas sociedades contemporâneas domina, é notório, a narrativa proprietarista, empreendedorista e meritocrática: a desigualdade moderna é justa, uma vez que decorre de um processo livremente escolhido, em que todos têm as mesmas oportunidades de aceder ao mercado e à propriedade e em que todos se beneficiam naturalmente da acumulação dos mais ricos, os quais são também os mais empreendedores, os mais merecedores e os mais úteis. Estaríamos, assim, nos antípodas da desigualdade das sociedades antigas, fundamentadas em disparidades estatutárias rígidas, arbitrárias e muitas vezes despóticas.

O problema é que essa grande narrativa proprietarista e meritocrática — que conheceu um primeiro momento de glória no século XIX, após a derrocada das sociedades de ordens de Antigo Regime, e uma reformulação radical e de aspiração mundial a partir do final do século XX, com a queda do comunismo soviético e o triunfo do hipercapitalismo — tem se mostrado cada vez mais frágil. Ela conduz a contradições, que decerto assumem formas muito diferentes na Europa e nos Estados Unidos, na Índia e no Brasil, na China e na África do Sul, na Venezuela e no Oriente Médio. Todavia, ocorre que essas trajetórias distintas, nascidas de histórias específicas e, em parte, conectadas entre si, estão ligadas de forma cada vez mais estreita neste início do século XXI. Somente uma perspectiva transnacional permite compreender melhor tais fragilidades e considerar a reconstrução de uma narrativa alternativa.

Com efeito, desde os anos 1980-1990 vem sendo observado o aumento das desigualdades socioeconômicas em quase todas as regiões do mundo. Em alguns casos, ele assumiu proporções tais que tem sido cada vez mais difícil justificá-las em nome do interesse geral. Além disso, costuma haver um abismo imenso entre as declarações meritocráticas oficiais e as realidades enfrentadas pelas classes desfavorecidas em termos de acesso à educação e à riqueza. O discurso meritocrático e empreendedorista com frequência surge, para os vencedores do atual sistema econômico, como um expediente cômodo para justificar todo e qualquer nível de desigualdade sem sequer

precisar examiná-las e para estigmatizar os perdedores por sua falta de mérito, virtude e diligência. Essa culpabilização dos mais pobres não existia, pelo menos não com essa amplitude, nos regimes desigualitários anteriores, que tendiam a acentuar a complementaridade funcional entre os diferentes grupos sociais.

Além disso, a desigualdade moderna se caracteriza por um conjunto de práticas discriminatórias e desigualdades estatutárias e étnico-religiosas, cuja violência é pouco mencionada no conto de fadas meritocrático e que nos aproxima das formas mais brutais das antigas desigualdades das quais pretendemos nos diferenciar. Basta citar as discriminações enfrentadas pelos homens e pelas mulheres que não têm moradia ou que são provenientes de determinados bairros e origens; ou pensar nos tantos migrantes que morrem afogados. Diante dessas contradições, e na falta de um novo horizonte universalista e igualitário confiável que permita enfrentar os desafios desigualitários, migratórios e climáticos por vir, é de se temer que o recuo identitário e nacionalista figure cada vez mais como uma narrativa de substituição, como se viu na Europa na primeira metade do século XX e como vem ocorrendo de novo neste início do século XXI em diferentes partes do mundo.

Foi a Primeira Guerra Mundial que principiou o movimento de destruição, e subsequente redefinição, da globalização comercial e financeira muito desigual em curso durante a "Belle Époque" (1880-1914), uma época que só se mostrou "bela" em comparação à explosão de violência que a sucedeu e, na verdade, era bela sobretudo para os proprietários e, mais particularmente, para o homem branco proprietário. Se não transformarmos profundamente o atual sistema econômico de modo a torná-lo menos desigualitário, mais equitativo e sustentável tanto entre os países quanto dentro deles, é possível que muito em breve o "populismo" xenófobo e suas possíveis vitórias eleitorais deem início ao movimento de destruição da globalização hipercapitalista e digital dos anos 1990-2020.

Para afastar tal risco, o conhecimento e a história ainda são nossos melhores trunfos. Toda sociedade humana precisa justificar suas desigualdades, e essas justificativas sempre contêm sua parte de verdade e exagero, imaginação e baixeza, idealismo e egoísmo. Um regime desigualitário, tal como definido ao final desta pesquisa, caracteriza-se por um conjunto de discursos e dispositivos institucionais que visam justificar e estruturar as desigualdades econômicas, sociais e políticas de uma determinada sociedade. Todo regime possui suas fragilidades e só sobrevive redefinindo incessantemente a si mesmo, não raro de modo conflitivo e violento, mas também se apoiando em experiências e conhecimentos partilhados. Este livro tem por objeto a história e o devir dos regimes desigualitários. Ao reunir materiais históricos relativos a sociedades muito distantes umas das outras e que, na maioria das vezes, ignoram-se ou se recusam a comparar-se umas com as outras, espero contribuir para uma melhor compreensão das transformações em curso dentro de uma perspectiva global e transnacional.

INTRODUÇÃO

Uma conclusão importante emerge dessa análise histórica: foi a luta pela igualdade e pela educação, e não a sacralização da propriedade, da estabilidade e da desigualdade, que permitiu o desenvolvimento econômico e o progresso humano. A nova narrativa hiperdesigualitária que se impôs a partir dos anos 1980-1990 é, em parte, produto da história e do desastre comunista. Mas também é fruto da ignorância e da divisão dos saberes e contribuiu largamente para alimentar o fatalismo e os atuais desvios identitários. Retomando-se o fio da história por uma perspectiva pluridisciplinar, é possível chegar a uma narrativa mais equilibrada e traçar os contornos de um novo socialismo participativo para o século XXI; ou seja, um novo horizonte igualitário de aspiração universal, uma nova ideologia da igualdade, da propriedade social, da educação e da repartição dos saberes e poderes mais otimista em relação à natureza humana e também mais precisa e convincente do que as narrativas anteriores, por ser mais bem ancorada nas lições da história global. Obviamente, cabe a cada um julgar e aproveitar essas poucas lições, frágeis e provisórias, a fim de transformá-las e levá-las além.

Antes de descrever a organização desta obra e as etapas da minha exposição histórica — desde o estudo das antigas sociedades ternárias e escravocratas até o das sociedades pós-coloniais e hipercapitalistas modernas —, vou apresentar as principais fontes em que me baseio e de que forma este trabalho se articula com meu livro anterior, *O capital no século XXI*. Mas, primeiro, convém dizer algumas palavras sobre a noção de ideologia empregada na presente pesquisa.

O que é uma ideologia?

Neste livro, vou tentar empregar a noção de ideologia de modo positivo e construtivo, isto é, enquanto um conjunto de ideias e discursos *a priori* plausíveis, que visam descrever o modo como a sociedade deve se estruturar. A ideologia será considerada em suas dimensões a um só tempo sociais, econômicas e políticas. Uma ideologia é uma tentativa mais ou menos coerente de trazer respostas a um conjunto de questões extremamente amplas envolvendo a organização desejável ou ideal da sociedade. Desnecessário dizer, dada a complexidade das questões colocadas, que nenhuma ideologia jamais contará com a adesão plena e inteira de todos: o conflito e a discordância ideológica são inerentes à própria ideologia. Entretanto, a toda sociedade não resta outra escolha senão tentar responder a essas questões, muitas vezes com base em sua própria experiência histórica, mas também às vezes pautando-se pelas das outras. Em larga medida, todo indivíduo sente-se igualmente obrigado a ter uma opinião, por mais imprecisa e insatisfatória que seja, acerca dessas questões fundamentais e existenciais.

Sobretudo, trata-se aqui da questão do regime político, ou seja, do conjunto das regras que descrevem os contornos da comunidade e do seu território, dos mecanismos que permitem que decisões coletivas sejam tomadas dentro dela e dos direitos políticos de seus membros. Isso envolve as diferentes formas de participação política, o papel que cabe aos cidadãos e aos estrangeiros, aos presidentes e aos parlamentos, aos ministros e aos reis, aos partidos e às eleições, aos impérios e às colônias.

Também se trata da questão do regime de propriedade, isto é, do conjunto de regras que determinam as diferentes formas de posses disponíveis, assim como os procedimentos práticos e jurídicos que definem e organizam as relações de propriedade entre os grupos sociais envolvidos. Isso inclui o papel que cabe à propriedade privada e pública, imobiliária e financeira, fundiária e mineral, escravocrata e servil, intelectual e imaterial e a regulação das relações entre proprietários e locatários, nobres e camponeses, senhores e escravos, acionistas e assalariados.

Toda sociedade, todo regime desigualitário, caracteriza-se por um conjunto de respostas mais ou menos coesas e duradouras oferecidas à questão do regime político e do regime de propriedade. Essas duas séries de respostas e discursos estão, não raro, estreitamente interligadas, uma vez que ambas decorrem em larga medida de uma teoria da desigualdade social e das disparidades entre os diferentes grupos sociais (reais ou pressupostas, legítimas ou censuráveis). Pressupõem, em geral, vários outros dispositivos intelectuais e institucionais, em especial um regime educacional (isto é, as regras e instituições que organizam as transmissões espirituais e cognitivas: famílias e Igrejas, pais e mães, escolas e universidades) e um regime tributário (isto é, os dispositivos que permitem fornecer recursos adequados aos Estados e regiões, comunas e impérios, assim como a organizações sociais, religiosas e coletivas de naturezas diversas). Ocorre que as respostas oferecidas a essas dimensões distintas de questionamentos podem variar de forma significativa. Pode haver concordância sobre a questão do regime político e não sobre a do regime de propriedade ou pode haver sobre um aspecto das questões fiscais ou educacionais, mas não sobre os outros. O conflito ideológico é quase sempre multidimensional, mesmo que uma vertente possa por ventura assumir uma importância primordial, pelo menos durante um tempo, o que pode dar a ilusão de um consenso majoritário e às vezes ensejar vastas mobilizações coletivas e transformações históricas de grande amplitude.

A fronteira e a propriedade

Pode-se dizer, para simplificar, que todo regime desigualitário, toda ideologia desigualitária, se apoia numa teoria da fronteira e numa teoria da propriedade.

INTRODUÇÃO

É preciso responder, de um lado, à questão da fronteira. Há que se explicar quem faz e quem não faz parte da comunidade humana e política à qual se está vinculado, em que território e de acordo com que instituições essa comunidade deve se governar e de que modo articular suas relações com as demais comunidades na vasta comunidade humana universal (a qual, a depender das ideologias, pode ser mais ou menos reconhecida como tal). Trata-se, em larga medida, da questão do regime político, mas esta também implica respostas imediatas a questões ligadas à desigualdade social, em especial a que separa os cidadãos dos estrangeiros.

Por outro lado, é preciso responder à questão da propriedade: é possível possuir outros indivíduos, terras agrícolas, imóveis, empresas, recursos naturais, conhecimentos, ativos financeiros e dívida pública, e com base em que modalidades práticas e que sistema jurídico e jurisdicional devem se organizar as relações entre proprietários e não proprietários e a perpetuação dessas relações? Essa questão do regime de propriedade, assim como as do regime educacional e do regime tributário, possui um impacto estruturante sobre as desigualdades sociais e sua evolução.

Na maioria das sociedades antigas, a questão do regime político e a do regime de propriedade — ou, em outros termos, a questão do poder sobre os indivíduos e a do poder sobre as coisas (isto é, os objetos de posse, que podem ser pessoas no caso da escravidão e que, seja como for, têm um impacto determinante nas relações de poder entre as pessoas) — são ligadas de maneira direta e imediata. É esse o caso, evidentemente, nas sociedades escravocratas, em que essas duas questões se confundem em larga medida: alguns indivíduos possuem outros indivíduos, de quem são ao mesmo tempo governantes e proprietários.

O mesmo se dá, embora de modo mais sutil, nas sociedades ternárias, ou “trifuncionais” (isto é, que são divididas em três classes funcionais: uma classe clerical e religiosa, uma classe nobre e guerreira e uma classe plebeia e laboriosa). Nessa forma histórica, observada na maioria das civilizações pré-modernas, as duas classes dominantes são, indissociavelmente, classes dirigentes dotadas de poderes soberanos (segurança e justiça) e classes possuidoras. Desse modo, o *landlord* foi por vários séculos tanto o senhor das pessoas que viviam e trabalhavam na terra quanto o senhor da terra em si.

Já as sociedades de proprietários, que florescem sobretudo na Europa no século XIX, procuram, pelo contrário, separar estritamente a questão do direito de propriedade (tido como universal e disponível a todos) da questão do poder soberano (doravante monopólio do Estado centralizado). Mas nem por isso o regime político e o regime de propriedade deixam de ser estreitamente ligados, de um lado porque os direitos políticos foram por muito tempo reservados aos proprietários pelos regimes políticos ditos censitários e, de outro, e de forma mais geral, porque diversas regras constitucionais continuaram (e ainda continuam) a limitar drasticamente para uma maioria política qualquer possibilidade de redefinir o regime de propriedade dentro de um quadro pacífico e legal.

Veremos que a questão do regime político e a do regime de propriedade, na verdade, nunca deixaram de estar inextricavelmente ligadas, desde as antigas sociedades ternárias e escravocrata até as sociedades pós-coloniais e hipercapitalistas modernas, passando, é claro, pelas sociedades de proprietários e pelas sociedades comunistas e social-democratas que se desenvolveram em reação às crises desigualitárias e identitárias causadas pelas sociedades proprietaristas.

Eis o motivo por que proponho analisar essas transformações históricas utilizando a noção de “regime desigualitário”, que engloba as de regime político e regime de propriedade (ou, ainda, as de regime educacional e regime tributário) e facilita a percepção de sua conexão. Para ilustrar os laços estruturantes e persistentes entre regime político e regime de propriedade, ainda presentes no mundo atual, pode-se mencionar, além disso, a inexistência de qualquer mecanismo democrático que permita a uma maioria de cidadãos da União Europeia (e, *a fortiori*, a uma maioria de cidadãos do mundo) adotar qualquer imposto ou qualquer projeto de redistribuição e desenvolvimento em comum, dado o direito de veto fiscal de cada país, por mais minoritária que seja a sua população e quaisquer que sejam os benefícios que ela obtenha, afóra isso, de sua integração comercial e financeira ao conjunto.

De maneira mais geral, o fato central é que a desigualdade contemporânea é forte e poderosamente estruturada pelo sistema de fronteiras, nacionalidades e direitos sociais e políticos a ele associado. Isso, aliás, contribui para gerar neste início do século XXI conflitos ideológicos violentamente multidimensionais em torno das questões desigualitárias, migratórias e identitárias, o que dificulta de forma considerável a formação de coalizões majoritárias que permitam enfrentar o aumento das desigualdades. Na prática, as clivagens étnico-religiosas e nacionais muitas vezes impedem as classes populares de origens e países diversos de se unirem numa mesma coalizão política — o que pode fazer o jogo dos mais ricos e do desvio desigualitário — por falta de uma ideologia e de uma plataforma programática persuasivas o suficiente para convencer os grupos sociais desfavorecidos de que aquilo que os une é mais importante do que aquilo que os divide. Essas questões serão analisadas no momento oportuno. Gostaria apenas de insistir aqui no fato de que o vínculo estreito existente entre regime político e regime de propriedade corresponde a uma realidade antiga, estrutural e duradoura, que só pode ser analisada de forma correta ao fim de uma ampla recolocação em perspectiva histórica e transnacional.

Levar a ideologia a sério

A desigualdade não é econômica ou tecnológica: é ideológica e política. Essa é, sem dúvida, a conclusão mais evidente da pesquisa histórica apresentada neste livro. Em outras palavras, o mercado e a concorrência, o lucro e o salário, o capital e a dívida, os

INTRODUÇÃO

trabalhadores qualificados e não qualificados, os nacionais e os estrangeiros, os paraísos fiscais e a competitividade não existem como tais. São construções sociais e históricas que dependem inteiramente do sistema jurídico, tributário, educacional e político que se escolhe instituir e das categorias que se opta por criar. Essas escolhas remetem, antes de mais nada, às representações que cada sociedade tem da justiça social e da economia justa e das relações de força político-ideológicas entre os diferentes grupos e discursos em questão. O ponto importante é que essas relações de força não são apenas materiais: são também, e sobretudo, intelectuais e ideológicas. Em outros termos, ideias e ideologias contam na história. Elas permitem permanentemente imaginar e estruturar mundos novos e sociedades diferentes. Múltiplas trajetórias são sempre possíveis.

Essa abordagem se distingue dos vários discursos conservadores que explicam a existência de fundamentos “naturais” para as desigualdades. Como seria de se esperar, as elites das diferentes sociedades, em todas as épocas e em todas as latitudes, tendem com frequência a “naturalizar” as desigualdades, isto é, a tentar atribuir-lhes fundamentos naturais e objetivos, a explicar que as disparidades sociais vigentes são (como deve ser) do interesse dos mais pobres e do conjunto da sociedade e que, de qualquer forma, sua atual estrutura é a única concebível e não pode ser substancialmente alterada sem que ocorram imensas tragédias. Já a experiência histórica demonstra o contrário: as desigualdades variam muitíssimo no tempo e no espaço, tanto em sua amplitude quanto em sua estrutura e, não raro, em circunstâncias e numa velocidade que os contemporâneos dificilmente poderiam ter previsto algumas décadas antes. Algo que, algumas vezes, resultou em tragédia. Todavia, em seu conjunto as diversas rupturas e processos revolucionários e políticos que possibilitaram a redução e transformação das desigualdades do passado foram muito bem-sucedidos e estão na origem de nossas instituições mais preciosas — justamente aquelas que permitiram que a ideia de progresso humano se tornasse realidade (o sufrágio universal, a escola gratuita e obrigatória, o seguro-saúde universal e o imposto progressivo). É bem provável que o mesmo suceda no futuro. O que quer que pensem os conservadores, as atuais desigualdades e as presentes instituições não são as únicas possíveis e serão, também elas, chamadas a se transformar e se reinventar permanentemente.

Contudo, essa abordagem centrada nas ideologias, nas instituições e na diversidade das trajetórias possíveis também se distingue de certas doutrinas por vezes qualificadas de “marxistas”, segundo as quais o estado das forças econômicas e das relações de produção determina quase que de forma automática a “superestrutura” ideológica de uma sociedade. Insisto, pelo contrário, na existência de uma autêntica autonomia da esfera das ideias, isto é, da esfera ideológico-política. Para um mesmo estado de desenvolvimento da economia e das forças produtivas (na medida em que esses termos tenham sentido, o que não é uma certeza), há sempre uma multiplicidade de regimes

ideológicos, políticos e desigualitários possíveis. A teoria da passagem automática do “feudalismo” para o “capitalismo” na esteira da Revolução Industrial, por exemplo, não dá conta de explicar a complexidade e diversidade das trajetórias históricas e político-ideológicas observadas nos diferentes países e regiões do mundo, sobretudo entre regiões colonizadoras e colonizadas — nem em cada conjunto, aliás —, e, principalmente, não permite que se tirem as lições mais proveitosas para as etapas seguintes. Retomando-se o fio dessa história, percebe-se que alternativas sempre existiram e sempre hão de existir. Em todos os níveis de desenvolvimento, há inúmeras maneiras de estruturar um sistema econômico, social e político, de definir as relações de propriedade, de estabelecer um regime tributário ou educacional, de lidar com um problema de dívida pública ou privada, de regular as relações entre as diversas comunidades humanas, e assim por diante. Sempre existem várias vias possíveis para se organizar uma sociedade e as relações de poder e propriedade em seu interior, e as diferenças entre elas não são apenas detalhes, longe disso. Mais especificamente, existem muitas maneiras de organizar as relações de propriedade no século XXI, e algumas podem constituir uma superação do capitalismo muito mais real do que a via que consiste em prometer sua destruição sem atentar para o que virá depois.

O estudo das diferentes trajetórias históricas e das inúmeras bifurcações inconclusas do passado é o melhor antídoto tanto para o conservadorismo elitista quanto para a temporização revolucionária do *grand soir*.^{*} Essa temporização exige muitas vezes de se pensar o regime institucional e político efetivamente emancipador a ser aplicado no dia seguinte ao *grand soir* e, em geral, leva a se contar com um poder estatal a um só tempo hipertrofiado e indefinido, o que pode se revelar tão perigoso quanto a sacralização proprietarista que se pretende contrapor. Tal atitude gerou, no século XX, prejuízos humanos e políticos consideráveis, cujo preço ainda estamos pagando. O fato de o pós-comunismo (em sua variante russa e em sua versão chinesa, bem como, em certa medida, em sua variante leste-europeia, no que pese tudo que distingue essas três trajetórias) ter se tornado, neste início de século XXI, o melhor aliado do hipercapitalismo é consequência direta dos fracassos comunistas stalinistas e maoistas e do abandono de toda e qualquer ambição igualitária e internacionalista que daí resultou. O fracasso comunista conseguiu, inclusive, deixar em segundo plano os estragos causados pelas ideologias escravocratas, colonialistas e racialistas, bem como os laços estreitos que as unem à ideologia proprietarista e hipercapitalista — uma façanha nada desprezível.

* *Grand soir* (grande noite): o termo, cunhado por operários franceses no final do século XIX, expressava a crença e a esperança num momento mítico que traria a súbita e radical ruptura com a ordem vigente e a eclosão revolucionária de uma nova ordem social, política e econômica. (N. da T.)

INTRODUÇÃO

Na medida do possível, tentarei levar as ideologias a sério neste livro. Gostaria, em especial, de dar uma chance a cada uma das ideologias do passado, sobretudo às ideologias proprietaristas, social-democratas e comunistas, mas também às ideologias trifuncionais, escravocratas ou colonialistas, restituindo-as em sua coerência própria. Parto do princípio de que cada ideologia, por mais extrema e excessiva que possa parecer em sua defesa de determinado tipo de desigualdade ou igualdade, expressa à sua maneira uma certa visão de sociedade justa e de justiça social. Essa visão sempre tem um fundo de plausibilidade, sinceridade e coerência de que é possível extrair lições úteis para o futuro, com a condição, porém, de não se estudar esses desenvolvimentos político-ideológicos de maneira abstrata, a-histórica e não institucional, e sim, muito pelo contrário, se concentrando no modo como eles se manifestaram em sociedades singulares, períodos históricos e instituições específicas, caracterizados sobretudo por formas específicas de propriedade e de regime tributário e educacional. Essas formas precisam ser analisadas com rigor, sem medo de se examinar com exatidão suas regras e condições de funcionamento (sistemas jurídicos, tabelas fiscais, recursos educacionais etc.), sem as quais tanto as instituições quanto as ideologias não passam de cascas vazias, inaptas a de fato transformar a sociedade e suscitar uma adesão duradoura.

Entretanto, estou ciente de que também existe um uso pejorativo da noção de ideologia e que esse uso é, por vezes, justificado. Com frequência é qualificada como ideológica uma visão que se caracteriza pelo dogmatismo e pela pouca preocupação com os fatos. O problema é que, muitas vezes, esses que professam o pragmatismo absoluto são de todos, os mais "ideológicos" (no sentido pejorativo do termo): sua postura pretensamente pós-ideológica mal disfarça seu parco interesse pelos fatos, a extensão de sua ignorância histórica, o primarismo de seus pressupostos e de seu egoísmo de classe. Nesse sentido, este livro será muito "factual". Vou apresentar inúmeras evoluções históricas relativas à estrutura das desigualdades e sua transformação em diferentes sociedades, e parte por se tratar de minha especialidade inicial como pesquisador e em parte por estar convencido de que um exame cuidadoso das fontes disponíveis sobre essas questões possibilita fazer com que nossa reflexão coletiva avance. Em particular, permite pôr em comparação sociedades muito distintas umas das outras e que, muitas vezes, se recusam a comparar-se umas com as outras por estarem convencidas (em geral, erroneamente) do seu "excepcionalismo" e do caráter único e incomparável de sua trajetória.

Ao mesmo tempo, estou em boa posição para saber que as fontes disponíveis já não serão suficientes para dirimir todas as divergências. A análise dos "fatos" jamais dará uma solução definitiva à questão do regime político ideal, ou do regime de propriedade ideal, ou do regime educacional ou tributário ideal. Primeiro, porque os "fatos" são largamente dependentes dos dispositivos institucionais (recenseamentos, pesquisas, impostos etc.) e das categorias sociais, fiscais ou jurídicas instituídas pelas diferentes sociedades.

para descrever, medir e transformar a si mesmas. Dito de outro modo, os "fatos" são, eles próprios, construções e só podem ser apreendidos da forma correta no contexto dessas interações complexas, cruzadas e interessadas entre o aparelho de observação e a sociedade estudada. Isso não significa, evidentemente, que não se possa aprender nada de útil com essas construções cognitivas, e sim, pelo contrário, que toda e qualquer tentativa de aprendizagem deve levar em conta essa complexidade e essa reflexividade.

Também porque as questões estudadas — a natureza da organização social, econômica e política ideal — são demasiado complexas para que uma conclusão única possa um dia emergir de um simples exame "objetivo" dos "fatos" — que nunca são mais do que o reflexo das experiências limitadas advindas do passado — e das deliberações incompletas de que teremos por ventura participado. E, enfim, por ser absolutamente possível que o regime "ideal" (qualquer que seja o sentido que se escolha dar a esse termo) não seja único e dependa de certo número de características da sociedade analisada.

Aprendizado coletivo e ciências sociais

No entanto, não pretendo com isso praticar um relativismo ideológico generalizado. É muito fácil, para o pesquisador em ciências sociais, manter-se equidistante das diferentes crenças e não se pronunciar. Este livro vai se posicionar, sobretudo na última parte, mas vou procurar fazê-lo explicitando o máximo possível o caminho percorrido e as razões que me levam a tais posicionamentos.

Na maioria das vezes, a ideologia de uma sociedade evolui principalmente em função de sua própria experiência histórica. Por exemplo, a Revolução Francesa surge, em parte, do sentimento de injustiça e das frustrações suscitadas pelo Antigo Regime. E, por sua vez, ela contribui por meio das rupturas e transformações que empreende para transformar de forma duradoura as percepções de regime desigualitário ideal, com base nos êxitos e fracassos que os diferentes grupos sociais atribuem aos experimentos revolucionários, tanto no plano da organização política quanto no plano do regime de propriedade ou do sistema social, tributário ou educacional. E esses aprendizados então condicionam as rupturas políticas futuras, e assim por diante. Toda trajetória político-ideológica nacional pode ser vista como um gigantesco processo de aprendizado coletivo e de experimentação histórica. Esse processo é inevitavelmente conflituoso, uma vez que os diferentes grupos sociais e políticos, além de nem sempre terem os mesmos interesses e aspirações, não têm a mesma memória e a mesma interpretação dos acontecimentos e do sentido que lhes deve ser dado para o futuro. Contudo, esses aprendizados também envolvem muitas vezes elementos de consenso nacional, pelo menos durante um tempo.

INTRODUÇÃO

Esses processos de aprendizado coletivo têm sua parte de racionalidade, mas têm também suas limitações. Tendem, em especial, a ter memória curta (é comum esquecer as experiências de seu próprio país depois de algumas décadas ou só conservar a lembrança de uns poucos fragmentos esparsos, raramente escolhidos ao acaso) e são sobretudo, na maioria das vezes, estreitamente nacionalistas. Mas não carreguemos nas tintas: toda sociedade às vezes tira algumas lições das experiências dos outros países, por aquilo que sabem sobre eles e também, é claro, através das interações mais ou menos violentas havidas entre as sociedades (guerras, colonizações, ocupações, tratados mais ou menos desiguais, o que nem sempre é a forma mais serena ou promissora de aprendizado). Todavia, no essencial, as visões distintas de regime político ideal, de regime de propriedade desejável ou de sistema jurídico, tributário ou educacional justo se constroem a partir das experiências nacionais nessa matéria e ignoram quase que por completo as experiências dos outros países, sobretudo quando estes são tidos como distantes e pertencentes a diferentes essências civilizacionais, religiosas ou morais, ou quando os contatos se deram de forma violenta (o que pode reforçar o sentimento de estranhamento radical). De forma mais geral, esses aprendizados com frequência têm por base representações relativamente grosseiras e imprecisas dos dispositivos institucionais de fato experimentados nas diferentes sociedades (aliás, mesmo em nível nacional ou entre países com boas relações de vizinhança), tanto na esfera política quanto em questões jurídicas, fiscais e educacionais, o que limita de maneira considerável a utilidade dos ensinamentos que delas se poderia tirar para o futuro.

É evidente que tais limitações não são dadas como eternas. Elas evoluem através de inúmeros processos de difusão e mobilização dos conhecimentos e experiências: escolas e livros, migrações e intercassamentos, partidos e sindicatos, mobilidades e interações, imprensa e meios de comunicação, e assim por diante. E é nesse ponto que as pesquisas em ciências sociais podem cumprir seu papel. Estou convencido de que, confrontando minuciosamente as experiências históricas de diferentes países e áreas culturais e civilizacionais, explorando as fontes disponíveis da forma mais sistemática possível, estudando a evolução da estrutura das desigualdades e dos regimes político-ideológicos nas diferentes sociedades, é possível contribuir para uma melhor compreensão das mudanças em curso. Acima de tudo, essa abordagem comparativa, histórica e transnacional permite formar uma ideia mais precisa de como poderia ser uma melhor organização política, econômica e social para as diferentes sociedades do mundo no século XXI e, sobretudo, para a sociedade mundial, que é a comunidade política humana à qual todos nós pertencemos. Mas evidentemente não pretendo com isso que as conclusões que apresentarei ao longo do livro sejam as únicas possíveis. A meu ver, elas são as que decorrem mais logicamente das experiências históricas disponíveis e dos materiais que vou apresentar, e tentarei explicitar da maneira mais precisa possível os episódios e comparações

que me parecem ser mais decisivos para justificar essa ou aquela conclusão (sem tentar esconder a amplitude das incertezas subsistentes). Contudo, é desnecessário lembrar que essas conclusões dependem de conhecimentos e raciocínios que são, eles próprios, bem limitados. Este livro não é mais que uma minúscula etapa de um vasto processo de aprendizado coletivo, e sinto-me extremamente curioso e impaciente para conhecer as próximas etapas desta aventura humana.

Gostaria também de acrescentar, para aqueles que lamentam o aumento das desigualdades e dos desvios identitários e também para os que temem que eu mesmo comece a me lamentar, que o presente trabalho não é, em absoluto, um livro de lamentações. Por natureza, eu tendo a ser otimista e meu primeiro objetivo é contribuir para que sejam encontradas soluções para os problemas que surgem. Não é proibido, em vez de ver sempre o copo meio vazio, maravilhar-se com a capacidade espantosa das sociedades humanas em imaginar novas instituições e cooperações, em agregar milhões (às vezes centenas de milhões, quando não bilhões) de pessoas que nunca se encontraram pessoalmente nem nunca vão se encontrar, que poderiam ignorar ou destruir umas às outras em vez de se submeter a regras pacíficas, mesmo com nós sabendo tão pouco sobre a natureza do regime ideal e, portanto, sobre as regras às quais é justificado submeter-se. Entretanto, essa imaginação institucional tem limites e precisa ser objeto de uma análise racional. Afirmar que a desigualdade é ideológica e política, e não econômica ou tecnológica, não implica que possamos fazê-la sumir como que por mágica. Quer dizer, mais modestamente, que é preciso levar a sério a diversidade ideológico-institucional das sociedades humanas e desconfiar de todo discurso que vise naturalizar as desigualdades e negar a existência de alternativas. Significa também que é preciso estudar de perto os dispositivos institucionais e os detalhes das regras jurídicas, fiscais ou educacionais implementadas nos diferentes países porque, na verdade, esses detalhes decisivos é que fazem com que a cooperação funcione e que a igualdade avance (ou não) para além da boa vontade de uns e outros, a qual deve sempre ser presumida, mas nunca é o bastante enquanto não se concretiza em dispositivos cognitivos e institucionais sólidos. Se eu conseguir transmitir ao leitor um pouco desse maravilhamento racional e convencê-lo de que os conhecimentos históricos e econômicos são demasiado importantes para serem deixados para os outros, meu objetivo terá sido plenamente alcançado.

As fontes utilizadas neste livro: desigualdades e ideologias

Este livro se apoia em dois grandes tipos de fontes históricas: de um lado, as fontes que permitem mensurar a evolução das desigualdades sob uma perspectiva histórica,

INTRODUÇÃO

comparativa e multidimensional (desigualdades de renda, salário, patrimônio, educação, gênero, idade, profissão, origem, religião, raça, status etc.); e, de outro, as fontes que possibilitam o estudo das transformações das ideologias, das crenças políticas e das representações das desigualdades e das instituições econômicas, sociais e políticas que as estruturam.

No que concerne às desigualdades, vou me fundamentar principalmente nos dados reunidos no âmbito da World Inequality Database (WID.world). Esse projeto se apoia nos esforços combinados de mais de 100 pesquisadores cobrindo na atualidade mais de 80 países em todos os continentes. Ele reúne a maior base de dados hoje disponível sobre a evolução histórica das desigualdades de renda e patrimônio, tanto entre os países quanto dentro deles. O projeto WID.world tem suas raízes em trabalhos históricos empreendidos no início dos anos 2000 com Anthony Atkinson e Emmanuel Saez, os quais, por sua vez, visavam generalizar e estender pesquisas iniciadas nos anos 1950 e 1970 por Simon Kuznets, Atkinson e Allan Harrison.¹ Tais trabalhos se baseiam numa confrontação sistemática das diferentes fontes disponíveis, em especial das contas nacionais, dos dados de pesquisas amostrais e dos dados fiscais e sobre heranças, que em geral permitem remontar ao fim do século XIX e início do XX, período em que foram criados em vários países sistemas de imposto progressivo sobre a renda e as heranças, o que também possibilitou revelar novos aspectos acerca das riquezas (o imposto é sempre um meio de produzir conhecimentos e categorias, e não apenas receitas tributárias e descontentamento). No caso de alguns países, inclusive, é possível remontar ao final do século XVIII e início do XIX, em especial para a França, onde a Revolução levou à implementação precoce de um sistema unificado de registro das propriedades e de sua transmissão. Essas pesquisas permitiram colocar numa perspectiva histórica longa o fenômeno do recrudescimento das desigualdades observado desde os anos 1980-1990 e contribuíram assim para alimentar o debate público mundial sobre essas questões, como atesta o interesse suscitado por *O capital no século XXI*, lançado em 2013, e pelo *Relatório da desigualdade mundial*, em 2018.² Tal interesse também demonstra uma profunda necessidade de democratização dos conhecimentos econômicos e de participação política. Em sociedades cada vez mais educadas e informadas, torna-se cada vez menos aceitável confiar as questões econômicas e financeiras a um pequeno grupo de especialistas com competências duvidosas e é simplesmente natural que um número cada vez maior de cidadãos deseje formar sua própria opinião e agir de acordo com ela. A economia está no cerne da política; é algo que não se delega, como tampouco se delega a democracia.

Infelizmente, os dados disponíveis sobre as desigualdades permanecem incompletos, devido, sobretudo, à falta de transparência econômica e financeira e às dificul-

dades de acesso às fontes fiscais, administrativas e bancárias de muitos países. Graças ao apoio de centenas de cidadãos, pesquisadores e jornalistas, tivemos acesso nesses últimos anos a novas fontes que alguns governos até então se recusavam a disponibilizar, como, por exemplo, os do Brasil e da Índia, da África do Sul e da Tunísia, do Líbano e da Costa do Marfim, da Coreia e de Taiwan, da Polônia e da Hungria, e, infelizmente de forma mais restrita, da China e da Rússia. Entre as muitas limitações de *O capital no século XXI*, uma das mais evidentes é o fato de ser centrado no Ocidente, no sentido de que dá um espaço excessivo para a experiência histórica dos países ricos (Europa Ocidental, América do Norte e Japão). Isso se deve, em parte, às dificuldades de acesso a fontes históricas adequadas para os demais países. Os dados inéditos hoje disponíveis no WID.world me permitem, neste novo livro, sair do âmbito ocidental e desenvolver uma análise mais ampla dos diversos regimes desigualitários e das trajetórias e bifurcações possíveis. Devo ressaltar, porém, que apesar desses avanços os dados disponíveis permanecem muito insuficientes, tanto, aliás, no caso dos países ricos quanto no dos países pobres.

Além disso, neste livro reuni inúmeras outras fontes e materiais relativos a períodos, países e aspectos das desigualdades pouco trabalhados pelo WID.world; por exemplo, sobre as sociedades pré-industriais e coloniais e sobre as desigualdades de status, profissão, educação, gênero, raça e religião.

No que diz respeito às ideologias, as fontes utilizadas serão naturalmente muito variadas. Vou lançar mão das fontes clássicas, é claro: debates parlamentares, discursos políticos, programas e plataformas eleitorais dos partidos. Vou recorrer tanto aos textos dos teóricos quanto aos dos atores políticos, uma vez que ambos cumprem um papel importante na história. Eles trazem esclarecimentos complementares sobre os esquemas de justificação da desigualdade vigentes nas diversas épocas. Isso, por exemplo, vale tanto para os textos episcopais do início do século XI, que justificavam a organização trifuncional da sociedade em três classes — clerical, guerreira e laboriosa —, quanto para o influente tratado neoproprietarista e semiditatorial publicado no início dos anos 1980 por Friedrich Hayek (*Law, Legislation and Liberty*), passando pelos escritos de John Calhoun, senador democrata da Carolina do Sul e vice-presidente dos Estados Unidos, dedicados à justificação da “escravidão como um bem positivo” (*slavery as a positive good*) nos anos 1830. Isso também se aplica aos textos de Xi Jinping e do *Global Times* sobre o sonho neocomunista chinês, que são tão reveladores quanto os tuítes de Donald Trump ou os artigos do *The Wall Street Journal* e do *The Financial Times* sobre a visão hipercapitalista, americana e anglo-saxã. Todas essas ideologias devem ser levadas a sério não só por terem um impacto considerável sobre o rumo dos acontecimentos, mas também por representarem, cada uma a seu modo, tentativas (mais ou

INTRODUÇÃO

menos convincentes) de dar sentido a realidades sociais complexas. Ocorre que os seres humanos não têm outra alternativa senão tentar dar sentido às sociedades em que vivem, por mais injustas e desiguais que elas sejam. Parto do princípio de que sempre há algo a aprender na expressão desses diferentes esquemas ideológicos e de que somente um exame do conjunto dos discursos e trajetórias históricas permite apreender lições úteis para o futuro.

Também vou recorrer à literatura, que constitui, não raro, uma das melhores fontes para ilustrar as mudanças nas representações das desigualdades. Em *O capital no século XXI*, utilizei principalmente o romance europeu clássico do século XIX, em especial textos de Balzac e Jane Austen, que oferecem um ponto de vista insubstituível sobre as sociedades de proprietários que prosperaram na França e no Reino Unido nos anos 1790-1830. Esses dois romancistas têm um íntimo conhecimento da hierarquia da propriedade vigente no mundo que os cercava. Conhecem mais do que ninguém seus mecanismos ocultos e fronteiras secretas, as consequências implacáveis para a vida daquelas mulheres e daqueles homens, suas estratégias de contatos e alianças, suas esperanças e seus dramas. Eles analisam a estrutura profunda das desigualdades, suas justificativas, suas implicações na vida de cada um, com uma verdade e força evocativa que nenhum discurso político e nenhum texto de ciências sociais saberia igualar.

Veremos que essa capacidade única da literatura de evocar as relações de poder e dominação entre grupos sociais, de auscultar as percepções das desigualdades tal como são sentidas por uns e outros, é encontrada em todas as sociedades e pode nos dar testemunhos preciosos de regimes desigualitários muito diversos. Em *A vontade e a fortuna*, um panorama magnífico publicado em 2008, poucos anos antes de sua morte, Carlos Fuentes pinta um quadro edificante do capitalismo mexicano e das violências sociais que acometem seu país. Em *Le Monde des hommes*, publicado em 1980, Pramoedya Ananta Toer revela o funcionamento do regime colonial e desigualitário holandês na Indonésia do fim do século XIX e início do XX com uma verdade e brutalidade que nenhuma outra fonte consegue alcançar. Em *Americanah*, Chimamanda Ngozie Adichie nos propõe, em 2013, um olhar altivo e irônico sobre as trajetórias migratórias de Ifemelu e Obinze, da Nigéria para os Estados Unidos e Europa — e, portanto, um ponto de vista único sobre uma das dimensões mais fortes do regime desigualitário atual.

Para analisar as ideologias e suas transformações, este livro também se apoiará numa exploração sistemática e original das pesquisas pós-eleitorais realizadas na maioria dos países em que houve eleições desde a Segunda Guerra Mundial. Apesar de suas tantas limitações, essas pesquisas compõem um observatório incomparável sobre a estrutura e as dimensões do conflito político, ideológico e eleitoral desde as

décadas de 1940 e 1950 até o final dos anos 2010, não só na quase totalidade dos países ocidentais (em particular, na França, Estados Unidos e Reino Unido, sobre os quais vou me debruçar mais detidamente), mas também em diversos outros países que examinarei, em especial a Índia, o Brasil e a África do Sul. Uma das maiores limitações de *O capital no século XXI*, para além de seu cunho exclusivamente ocidental, é sua tendência a tratar as evoluções político-ideológicas relacionadas às desigualdades e à redistribuição como se fossem uma espécie de caixa-preta. É certo que nele formulo algumas hipóteses nesse sentido — sobre as mudanças nas representações e atitudes políticas diante das desigualdades e da propriedade privada induzidas pelas guerras mundiais, pelas crises econômicas e pelo desafio comunista, por exemplo —, mas o faço sem de fato abordar de forma direta a questão da evolução das ideologias desigualitárias. Isso é o que procuro fazer agora neste novo livro de forma muito mais explícita, ressitando essa questão dentro de uma perspectiva temporal e espacial mais ampla e apoiando-me, sobretudo, nessas pesquisas pós-eleitorais, além de outras fontes que possibilitam analisar a evolução das ideologias.

*O progresso humano, o retorno das desigualdades,
a diversidade do mundo*

Entremos, agora, no cerne da questão. O progresso humano existe, mas é frágil e a qualquer momento pode se esfaquear nos desvios desigualitários e identitários do mundo. O progresso humano existe: para se convencer, basta observar a evolução da saúde e da educação no mundo ao longo dos dois últimos séculos (ver o Gráfico I.1). A expectativa de vida ao nascer passou de cerca de 26 anos em média no mundo em 1820 para 72 anos em 2020. No início do século XIX, a mortalidade infantil atingia cerca de 20% dos recém-nascidos do planeta em seu primeiro ano de vida, contra menos de 1% hoje em dia. Quando focamos os indivíduos que completam um ano de idade, a expectativa de vida no nascimento passou de cerca de 32 anos em 1820 para 73 anos em 2020. Poderíamos citar vários outros indicadores: a probabilidade de um recém-nascido chegar aos 10 anos, de um adulto alcançar os 60 anos ou de um idoso viver cinco ou dez anos de aposentadoria com saúde. Em todos esses indicadores, a melhora de longo prazo é impressionante. Sem dúvida, sempre pode haver países e épocas em que a expectativa de vida diminui mesmo em tempos de paz, como é o caso da União Soviética nos anos 1970 ou dos Estados Unidos nos anos 2010 — o que não costuma ser um bom sinal para os regimes envolvidos. Contudo, no longo prazo a tendência à melhora é incontestável em todas as partes do mundo e independente, inclusive, das limitações das fontes demográficas disponíveis.³